

Gestão 2009-2011

A abertura para novos tempos



FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

Gestão 2009-2011

A abertura para novos tempos

Catálogo na Fonte.

F293 Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

A abertura para novos tempos : gestão 2009/2011 / Federação da Agricultura do Estado do Paraná. –
Curitiba : FAEP , 2012. – 58 p.

1. Relatório de atividades. 2. Agricultura-Paraná. 3. Federação de agricultores. I. Título.

CDU633/635

CDD630

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto
Guerino Guandalini,
Nelson Teodoro de Oliveira,
Francisco Carlos do Nascimento,
Ivo Polo
e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin
e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olimpio Santarozza,
Luiz de Oliveira Netto
e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette,
João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento
e Renato Antônio Fontana



Av. Marechal Deodoro, 450
14º andar
CEP 80010-010
Curitiba - PR
Fone: 41 2169-7988
Fax: 41 3323-2124
www.faep.com.br
faep@faep.com.br



Sumário

6



Apresentação

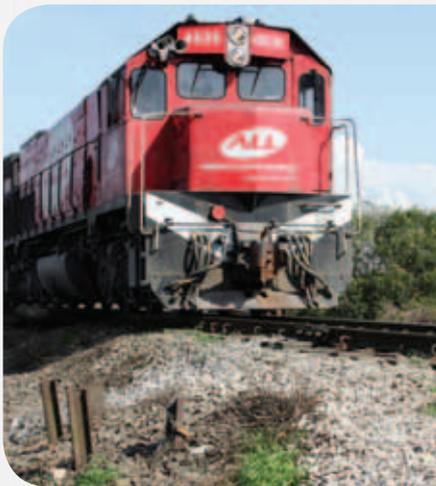


10

Políticas Públicas

14

Meio Ambiente



Logística

20



24

Sanidade Agropecuária



28

Custos de Produção

30

Política Agrícola





Grãos 34



40 **Tributos**



42 **Comissões e Câmaras técnicas**



44 **Pecuária de Leite**

46 **Cana-de-áçúcar Florestal**



50 **Sindicalismo**



47

**Representação Externas
Expedição Safra**

Apresentação



Quero repartir com a nossa Diretoria, com os dirigentes dos sindicatos rurais, com todos os produtores paranaenses e com os profissionais do Sistema FAEP/SENAR este Relatório de Gestão 2009/2011.

Nas suas 58 páginas está um resumo das principais atividades da nossa Federação, pois seria impossível detalhar todas as ações desenvolvidas no último triênio.

Gostaria de chamar a atenção para o incansável trabalho que todos nós desencadeamos na questão do Novo Código Florestal e nossa intensa articulação nas Políticas Públicas.

Nesta, os resultados vieram como presentes de Natal, em dezembro de 2011, configurados na criação da Agência de Desenvolvimento e na Agência de Defesa Agropecuária (ADAPAR).

Lembro ainda do trabalho, em andamento, sobre a infraestrutura do Estado, pela ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), vinculada à Universidade de São Paulo, e que proporcionou, de início, a realização do "Fórum de Logística". Nesse estudo a FAEP contou com a parceria de outras entidades rurais.

Desnecessário reprisar o que a agropecuária representa na economia do Paraná. É seu esteio, mesmo balizada pelos humores meteorológicos.

Temos desafios pela frente. Nossas fronteiras agrícolas se esgotaram. O aumento da produtividade é necessário e deve ser o objetivo.

Para isso, qualificação, tecnologia e inovação formam nosso trinômio desafiador.

As ações sincronizadas FAEP-Sindicatos fundamentaram a superação dos obstáculos no nosso último período de gestão. E assim devemos prosseguir.

Vamos em frente.

Ágide Meneguette
Presidente da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP)

Políticas Públicas





Políticas Públicas

POLÍTICA ESTADUAL

A FAEP elaborou o “Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná” em 2010. O documento foi apreciado pelos Sindicatos Rurais, os quais puderam encaminhar sugestões de propostas. Como indicativo, o Plano Diretor aborda as principais cadeias produtivas do Estado, contendo as sugestões de intervenções necessárias no âmbito estadual. O documento foi entregue aos dois principais candidatos ao governo do Estado, os quais incorporaram as duas propostas centrais em seus programas de governo. Esse compromisso foi assumido no evento realizado pela FAEP em 19 de agosto, com a presença de 500 líderes sindicais e membros das comissões técnicas da FAEP, no qual os candidatos foram sabatinados pelos produtores rurais.

O estudo fez uma radiografia da agropecuária e da infraestrutura do Estado apresentando duas propostas centrais como prioritárias.

Criar uma Agência de Desenvolvimento e implementar a Agência de Sanidade Animal e Vegetal do Paraná com o objetivo de fomentar a produção de maior valor agregado pela agroindústria e aumentar a renda dos produtores rurais.

AGÊNCIA DEFESA AGROPECUÁRIA

A ideia da criação da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), em substituição ao DEFIS, buscou reforçar a defesa sanitária no Paraná e com isso valorizar a nossa produção animal e vegetal. A proposta foi aceita pelo governador do Estado e incluída no Plano de Governo. A FAEP elaborou a minuta do projeto de lei e entregou ao Governo. A Assembleia Legislativa aprovou a criação da agência e no dia 19 de dezembro o governador Beto Richa sancionou a lei.

AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO

Da mesma forma, a Agência de Desenvolvimento do Paraná tem a finali-

dade de incentivar, atrair investimentos e complementar as cadeias produtivas agroindustriais. A proposta da FAEP visava inicialmente o agronegócio, mas o Governador gostou da ideia e expandiu para todos os setores econômicos e incluiu no Plano de Governo. A FAEP também elaborou minuta de projeto de lei e entregou ao Governo no início do ano. O Projeto está na Assembleia para aprovação.

Além das propostas principais, o documento revelou uma série de demandas do setor rural, desde crédito rural, infraestrutura, tributação comercialização, pesquisa entre outros.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A FAEP, realizou um seminário, em março de 2010, com técnicos e produtores da região Sul para elaborar as propostas de políticas públicas para o governo federal. O encontro em parceria com a CNA, FARSUL e FAESC foi realizado em Curitiba teve a participação de lideranças



sindicais e produtores.

Os grandes temas da agropecuária foram definidos e as propostas foram consolidadas num documento encaminhado pela CNA, aos principais candidatos à presidência da República.



PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO - PAP

No último triênio a FAEP elaborou propostas para o Plano Agrícola e Pecuário com a participação de sindicatos e membros de comissões. Os documen-

tos com as propostas foram entregues ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Em 2009 a FAEP foi sede do Workshop promovido pelo Ministério da Agricultura no Paraná. Foi realizado um diagnóstico dos problemas relacionados ao crédito rural no Estado.

Entre as principais propostas destaca-se o aumento do volume de recursos de R\$ 78 bi para R\$ 108 bilhões e as mudanças no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural – Proger Rural.

Para o PAP 2010/01 foram entregues mais de 50 propostas, entre elas a melhoria das condições de financiamento de armazéns na propriedade, pleito antigo da FAEP. Após o lançamento do plano a FAEP criticou as dificuldades de acesso ao crédito por conta do endividamento, a não criação de um seguro de renda, a falta de um crédito para custeio rotativo e automático, evitando a burocracia com cartórios e bancos.

O PAP 2011/12 divulgado em junho

de 2011 alterou o limite de crédito de custeio fixando-o por beneficiário em no máximo R\$ 650 mil. A medida beneficiou culturas que antes tinham limites de crédito menores, mas prejudicou a cultura de milho e soja restringindo o valor a ser contratado que antes poderia ser de até R\$ 1,15 milhão.

Diante disso a FAEP solicitou que o limite adicional para o milho fosse restabelecido, caso contrário haveria danos ao produtor, dada a elevação de custos, e danos consequentes que poderiam ocorrer aos produtores de aves, suínos e bovinos gerando pressões inflacionárias e prejuízos nas exportações.

O MAPA atendeu imediatamente a solicitação da FAEP e reconsiderou o limite adicional de crédito para os produtores de milho, permitindo a contratação total de crédito de até R\$ 1,15 milhão para produtores de milho e soja. A medida passou a vigorar a partir de 30 de junho com a Resolução nº 3.986 do CMN.



Políticas Públicas

PISO REGIONAL DE SALÁRIO

A FAEP elaborou estudo sobre o dano da elevação de 10% no piso estadual esclarecendo que as relações de troca dos produtos versus salário cresceram cada vez mais nos últimos anos pressionando o custo de produção agrícola e que o salário do Paraná era o maior do Brasil, prejudicando a competitividade do estado.

Com as entidades Fecomércio, OCEPAR, FIEP, Fetranspar, Faciap, Fampepar e ACP, a FAEP organizou um grupo de trabalho para avaliar o prejuízo aos setores produtivos da elevação do salário mínimo superior à inflação e demonstrar como os aumentos de salários tornam o estado menos competitivo com os estados que tem salário menor.

Em maio o governador sancionou o novo piso regional com aumento de 6,9%. O estudo da FAEP evitou que o salário tivesse o aumento inicialmente proposto de 10%.



SEGURANÇA PÚBLICA

Assessores militares e civis da área de inteligência da Secretaria de Segurança Pública -SSP estiveram reunidos com a diretoria da FAEP e líderes sindicais em Curitiba no mês de agosto, após o Presidente ter encaminhado correspondência ao Secretário de Segurança relatando as grandes preocupações dos sindicatos rurais com o aumento da criminalidade no campo.

Os membros do departamento de Inteligência da SSP relataram sobre o interesse em “ouvir, ter informações das lideranças rurais para um diagnóstico capaz de orientar a atuação policial”.

CONJUNTURA DO AGRONEGÓCIO

Para poder atuar junto às autoridades estaduais e federais, a FAEP mantém um rigoroso acompanhamento da conjuntura. Seus técnicos realizam periodicamente o levantamento e interpretação de dados, informações e indicadores nas áreas de comportamento dos preços internacionais e nas principais praças. Os dados são disponibilizados diariamente no site da FAEP (www.sistemafaep.org.br).

No último triênio a FAEP também se manifestou contrária a uma série de outros temas e conseguiu reverter decisões que causariam prejuízos aos produtores rurais como a iniciativa do MST em Brasília sobre a atualização dos índices de produtividade no setor agropecuário; o decreto do Programa Nacional dos Direitos Humanos e o projeto de criação do Instituto das Águas do Paraná que previa a isenção pelo uso da água apenas para pequenos produtores.

Meio Ambiente





Meio Ambiente

Meio Ambiente foi um dos temas que exigiu mais atenção nos últimos três anos.

A discussão sobre o Código Florestal foi reaberta quando a Embrapa apresentou estudo demonstrando a área legalmente disponível para agricultura se a legislação ambiental vigente fosse aplicada com rigor.

O estudo mostrou que 71% do território nacional estariam comprometidos com terras indígenas, unidades de conservação, Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente - APP. Os 29% restantes seriam destinados à produção rural, cidades e infraestrutura. Baseado nesse estudo, o então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, defendeu que as leis ambientais para as atividades do meio rural oneram o setor produtivo em benefício da sociedade urbana.

A legislação ambiental atual não tem base científica e é ineficiente por não proteger o meio ambiente e dificultar o de-

envolvimento. Nunca houve um estudo sobre os impactos sociais e econômicos das diversas legislações ambientais. Entre decretos, leis, resoluções e portarias são aproximadamente 16 mil regras.

CÓDIGO FLORESTAL

Com esse cenário, depois de 11 anos estagnada no Congresso Nacional, a revisão do Código Florestal se movimentou. A retomada da discussão do novo texto da lei provocou acaloradas divergências. A FAEP acompanhou de perto as discussões da Câmara dos Deputados e no Senado para a Reforma do Código Florestal Brasileiro. Este tema foi amplamente discutido pela FAEP com a produção de materiais para divulgação e discussão. Entre eles “O que as ONGS não revelam sobre o Código Florestal” e “Pontos relevantes sobre o substitutivo do deputado Aldo Rabelo”.

Além disso foram realizadas inúmeras palestras em Sindicatos Rurais, Universi-

dades e instituições ligadas à agricultura, além de participação em debates.

A MOBILIZAÇÃO

As preocupações da FAEP com esse tema ganharam vulto a partir do início de 2009, com a realização de encontros que reuniram 25 mil produtores, deputados estaduais e federais. Maringá, Cascavel, Guarapuava, Irati, Cornélio Procópio, Umuarama, Pato Branco e Castro sediaram os encontros.

Naquele ano o governo editou o Decreto 7.029 que instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente” e prorrogou até 11 de junho de 2011 o prazo para produtores rurais averbarem as áreas de Reserva Legal de suas propriedades. Esse prazo foi posteriormente prorrogado para 11 de dezembro e em seguida, em razão da votação do novo Código, para 11 de abril de 2012.



NO CONGRESSO

O acompanhamento pela FAEP do andamento das discussões do Código no Congresso, no âmbito da Comissão Especial, presidida pelo paranaense Moacir Micheletto e como relator deputado Aldo Rebelo e nas votações na Câmara e Senado, reiterava dados técnicos com o seguinte perfil: 70% da produção agropecuária nacional se concentra nos estados do Sul, Sudeste e Nordeste. O Paraná é hoje o maior celeiro do país, embora ocupe apenas 2,3% do território nacional. Dos seus 10,4 milhões de habitantes, 1,1 milhão vivem na área rural, 92% desses em pequenas propriedades que seriam beneficiadas com a isenção de recomposição de Reserva Legal. Esse trabalho teve como acessório uma publicação didática “Por que mudar o Código Florestal?”. O trabalho foi encaminhado a todos os senadores, deputados federais e autoridades que direta ou indiretamente estavam en-

volvidas nas discussões do Código.

Nessa trajetória a FAEP mobilizou aproximadamente 4.500 produtores rurais de todos os sindicatos do Paraná para manifestação na Esplanada dos Ministérios com o objetivo de chamar atenção para os problemas por eles enfrentados e a necessidade de votação imediata do Projeto de Lei 1876/1999, ou seja, a mudança do Código Florestal.

Nos dias 5 e 6 de julho, os produtores puderam, assim, mostrar aos parlamentares a necessidade da aprovação de uma nova legislação ambiental para o País. Os produtores saíram em defesa do substitutivo do relator ao Código Florestal brasileiro. A manifestação teve a intenção de mostrar aos deputados a necessidade de mudar o Código Florestal, que transformou o produtor rural em criminoso.

Até a votação final do novo Código para 2012, prevista para o primeiro semestre de 2012, a FAEP continuará a “marcação cerrada”.

MATAS CILIARES EM RESERVATÓRIOS

Centenas de produtores rurais vizinhos aos reservatórios de pelo menos quatro hidrelétricas instaladas antes de 2001 - Salto Caxias, Salto Santiago, Chavantes e Capivara, foram cobrados pela implantação de 100m de mata ciliar às margens dos reservatórios. A FAEP comandou audiências públicas, enviou uma carta manifesto ao presidente da República, às autoridades estaduais, federais, deputados federais, ministérios e entidades (em conjunto com a FETAEP) demonstrando a ilegalidade do passivo ambiental.

Como as Hidrelétricas foram implementadas antes de 2001, o MMA reconheceu, em 2011, através de parecer, que a responsabilidade da preservação é da empresa gestora da hidrelétrica. A análise mostrou que o produtor já havia sofrido dois reveses: a depreciação de sua propriedade e a desapropriação de parcela da mesma, alterando sua realidade econômica.



Meio Ambiente

CAMPO E CIDADE

A FAEP desenvolve estudos e projetos de interesse do produtor rural. É o caso, por exemplo, da análise sobre os “Aspectos Ambientais da Relação Campo e Cidade no Estado do Paraná”. O estudo divulgado em setembro de 2010 realizou um diagnóstico sobre a tolerância aos impactos causados ao meio ambiente nas cidades. Um contraste ao meio rural que tem uma desproporcional regulamentação legal e ações fiscais aplicadas às zonas rurais. Ou seja, quem polui é tolerado, quem limpa é multado.

CONSERVAÇÃO DE SOLOS

Para manter o bom uso do solo, o IAPAR lançou nota técnica, recomendando a manutenção do terraceamento em Sistema de Plantio Direto (SPD). Com a eliminação dos terraços, segundo o IAPAR, houve processo acentuado de erosão, principalmente em área com maior declive.

Desde que a Resolução N^o 172/2010

da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab) entrou em vigor, em setembro de 2010, os produtores rurais passaram a questionar a fiscalização em relação ao uso do solo.

A FAEP divulgou amplamente este assunto para melhor orientação ao produtor rural e promoveu nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, em Cascavel e Ponta Grossa, respectivamente, os seminários sobre conservação de solo: “Quem usa, cuida!”, com a presença total de 430 participantes.

CADASTRO DE BHC

Há três anos o Sistema FAEP participa do projeto que prevê o recolhimento do BHC (hexabenzeno de cloro). A FAEP cadastrou, em 2009, 348 produtores que somou mais de 129 toneladas do agrotóxico. No total, foram cadastrados no Paraná 565 toneladas em 1963 propriedades, principalmente nas regiões Norte, Noroeste e Central. Dessas, 28 toneladas já foram incineradas.

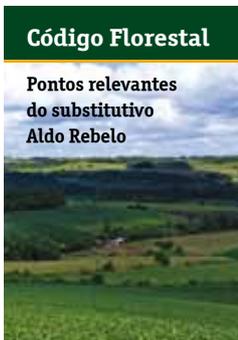
PARCERIAS COM O IAP

No decorrer de 2009 houve vários eventos e a publicação de materiais técnicos na área de meio ambiente em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP. O principal resultado das ações conjuntas de mobilização, articulação e divulgação das propostas de mudanças na legislação ambiental.

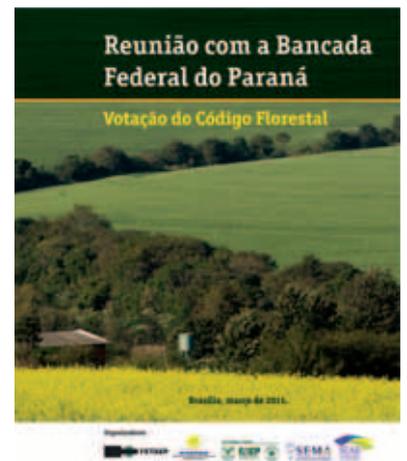
Em parceria com o IAP, a FAEP revisou, editou e distribuiu a Cartilha de Fiscalização Ambiental com base nas Portarias n^o 210; 211 e 212, editadas pelo IAP em 2008, regulamentando a Nova Forma de Fiscalização Ambiental do Estado do Paraná.

Com o objetivo de orientar o agricultor a ficar em dia com as obrigações legais quanto à questão ambiental, a FAEP e o IAP criaram o Programa Seja Legal.

Foi elaborada uma série de cinco folheters informativos que tratam dos principais assuntos ambientais, entre eles a utilização de carvão, o uso de lenha.



Por que mudar o Código Florestal?



PROGRAMA DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO – ABC

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, instituiu em junho de 2010 o programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC. A FAEP tem participado ativamente deste trabalho e faz parte do grupo gestor do Programa ABC que pretende aliar produção de alimentos e bionergia com redução dos gases de efeito estufa.

O Programa ABC incentiva seis iniciativas básicas com metas e resultados previstos até 2020. São processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os efeitos dos gases de efeito estufa no campo, a serem adotados pelos agricultores nos próximos anos. O secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná assumiu o compromisso de aderir ao Programa e incentivar agricultores e pecuaristas a adotar práticas sustentáveis. Será reforçado o trabalho de recuperação de pastagens e de disseminação de prá-

ticas de desenvolvimento sustentável na lavoura, pecuária e floresta.

PROESAS RURAIS

A FAEP participou da formulação das medidas do Proesas Rurais lançado em 2011. Entre as medidas estão a compensação financeira para o produtor que preservar nascentes de água, a construção de moradias rurais, a conscientização sobre manejo do solo e a implantação de sistemas comunitários de água tratada e saneamento

BANCO DO BRASIL E EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS

As agências do Banco do Brasil começaram a observar as novas regras relativas às exigências de comprovação do Licenciamento Ambiental, outorga de Uso de Água e Averbação da Reserva Legal para as contratações de operações de crédito rural (custeio e investimento) desde o início de 2011.

A FAEP interveio cobrando explicações sobre as exigências ambientais na concessão de financiamento rural. A FAEP questionou a declaração de “conhecimento da obrigatoriedade” da Averbação da Reserva Legal ou Adesão ao Programa Mais Ambiente do Governo Federal exigida pelo Banco do Brasil na concessão de financiamento ao produtor. Atendendo o pleito da FAEP, o Banco do Brasil voltou atrás e desobrigou os produtores da assinatura da declaração.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em abril de 2005, a juíza Fabiana Passos de Melo, da 1ª Vara da Fazenda Pública, concedeu a liminar do Mandado de Segurança a FAEP determinando que o IAP não pode exigir a formalização da regularização das áreas de preservação permanente ou de reserva legal como condição para conceder licenciamentos ambientais ou outros documentos. A decisão foi confirmada pelo tribunal em 2009.



Meio Ambiente

A FAEP solicitou ao IAP maior agilidade na liberação de projetos que não precisam apresentar o Licenciamento Ambiental, porém o Banco do Brasil exigia a Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE. Para facilitar o processo, foi editada a PORTARIA Nº 090, DE 05 DE MAIO DE 2011 que institui a Auto Declaração para fins de dispensa de licenciamento ambiental estadual.

PARQUES - ZONA DE AMORTECIMENTO

Produtores e técnicos da FAEP participaram de reuniões em gabinetes ministeriais e na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, em Brasília tratando do assunto Zona de Amortecimento do Parque Nacional Iguaçu.

A comitiva paranaense esteve reunida para tratar da necessidade de se rever a chamada zona de amortecimento do milho BT (transgênico) plantado em áreas vizinhas ao Parque Nacional do Iguaçu.

O milho BT só pode ser plantado dez

quilômetros do Parque. A área total da zona de amortecimento é de 215.484 hectares, enquanto o Parque Nacional ocupa 185.000 hectares do lado brasileiro e 67.0000 hectares do lado argentino, onde não há qualquer restrição de distância para o plantio.

O Conselho Consultivo do Parque Iguaçu apresentou a tese da redução da zona de amortecimento, que também foi apresentada ao presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

GRUPO TÉCNICO DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO PARANAENSE DE AGROTÓXICOS

A FAEP está participando do Grupo Técnico instituído pelo governo do estado para revisar a desatualizada e incompatível legislação de agrotóxicos que põe em desvantagem o agronegócio paranaense em relação a outros estados.

O primeiro resultado alcançado foi a

redação de uma resolução que compatibiliza o Cadastro de agrotóxicos às normas da União. Esse procedimento é vital para reduzir o lapso de tempo que havia entre o registro de um produto na Anvisa e o seu cadastro no Paraná.

A partir da Resolução, não estão sendo mais cobrados os testes de eficácia em território paranaense, salvo quando um determinado produto apresentar problemas no seu uso. Entretanto, os órgãos fiscalizadores do Paraná ainda terão controle sobre os agrotóxicos usados no estado, uma vez que é feita a análise dos mesmos documentos exigidos pela União.

GEOPARQUE

A intervenção da FAEP levou a discussão em audiências públicas sobre o projeto de "Geoconservação nos Campos Gerais: Inventário do Patrimônio Geológico", coordenado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e pela Mineropar.

Logística





Logística

UMA DÉCADA PERDIDA

Os custos de transportes praticados no Brasil são extremamente onerosos a todas as atividades econômicas e comprometem os resultados das atividades agropecuárias. A FAEP teve como prioridade no triênio discutir a falta de investimentos em infraestrutura. Embora tenha reivindicado das autoridades estaduais e federais urgentes melhorias na logística do Estado, a última década foi praticamente perdida. Nenhuma obra foi executada.

As prioridades elencadas se traduziam em investimentos próximos a R\$ 2 bilhões no Paraná (preços de 2010), envolvendo obras de ampliação de rodovias e ferrovias vitais para eliminar grande parte do caos que ocorre anualmente na movimentação das safras agrícolas.

Em 2011, com o início de uma nova gestão do poder legislativo e

executivo, as expectativas de solução dos problemas se intensificaram e a FAEP vem participando em diversos fóruns para viabilizar essas soluções, entre eles os Conselhos de Autoridade Portuária de Paranaguá - CAP e de Antonina, no Fórum Permanente Futuro 10 Paraná, entre outros.

PORTO DE PARANAGUÁ

O modal de transporte portuário paranaense continua sendo o maior gargalo nas exportações do agronegócio e um dos principais responsáveis pela diminuição da renda do produtor rural.

O Porto, porém, encontra-se atualmente bastante saturado e precisará realizar investimentos adicionais para que seja capaz de suportar o volume adicional de cargas estimado para os próximos anos.

Os principais gargalos: Infraestrutura terrestre de acesso ao Porto;

Problemas de profundidade dos berços e do cais, que impedem o aproveitamento de cargas em navios maiores; Baixa produtividade do Porto que impede maior movimentação de cargas e resultam em filas de caminhões e navios no Porto.

RODOVIAS

As grandes preocupações da FAEP sobre o modal rodoviário de transportes são as excessivas tarifas de pedágio cobradas.

Estudos demonstram que o pedágio equivale em média 25% do custo do frete de grãos, podendo chegar até 28,8%, retira renda do produtor rural, comprometendo até 5,85% do preço recebido por seus produtores, onera em até 7,6% do valor do custo de produção de grãos no Paraná e encarece em até 15,8% o valor do calcário.

A FAEP considera que uma negociação com as concessionárias, com



novos prazos para a realização das obras em troca de uma renovação prematura de concessão e com aumento das tarifas, é inadmissível sem um estudo prévio que demonstre a transparência com que o Governo do Estado deve tratar da coisa pública.

FERROVIAS

A expectativa da FAEP com as novas gestões do executivo e legislativo estadual e federal é da realização dos investimentos prioritizados há vários anos, os quais sejam: a solução do gargalo entre Guarapuava e Ponta Grossa; a construção do trecho Cascavel/Guaíra; o novo trecho entre Curitiba e Paranaguá e a construção do trecho entre Campo Mourão e Jussara, interligando aquela região ao modal ferroviário.

ESTUDOS SOBRE INFRAESTRUTURA E TARIFAS

Para demonstrar o impacto direto

dos gargalos na infraestrutura na renda do produtor e contribuir com o Governo do Estado com informações que subsidiem nas tomadas de decisões de investimentos, a FAEP contratou, em 2011, dois estudos importantes para o agronegócio do Paraná.

- O primeiro, Perspectivas de exportação de graneis sólidos por Paranaguá, mostrando a necessidade urgente de recuperar o porto; elaborado pela MB Associados. O estudo concluiu que mesmo com o elevado consumo interno de grãos no Paraná, o Porto de Paranaguá precisará de investimentos para suportar a demanda adicional de embarque resultante da expansão das exportações de soja, milho, farelo de soja e açúcar ao longo dos próximos 5 a 10 anos.
- O segundo foi o Estudo de tari-

fas de fretes rodoviários e ferroviários, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial – ESALQ-LOG buscando ter referências de planilhas de custos ferroviários do Paraná e entender como estas tarifas se formam e como o governo pode e deve intervir quando necessário.

Os resultados preliminares demonstram que os fretes ferroviários são mais caros que os rodoviários em razão da necessidade do uso de caminhões para levar a carga aos terminais ferroviários, além do custo de transbordo.

O final dos estudos está previsto para maio de 2012, quando serão desenvolvidos produtos (relatórios) que poderão subsidiar as empresas envolvidas em negociações junto a conces-

Fórum de Logística do Agronegócio Paranaense



Logística

sionárias.

Os dois estudos foram apresentados no Fórum de Logística no dia 21 de novembro de 2011, em Curitiba, com a participação de secretários de estado (Infraestrutura, Planejamento e Agricultura) e deputados estaduais e federais.

CAMPO FUTURO

Em junho de 2011 foi realizado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia aplicada – CEPEA e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, com a colaboração dos técnicos da FAEP, o levantamento do custo de produção de grãos do Projeto Campo Futuro referente à safra 2010/2011 nos municípios de Castro, Guarapuava, Cascavel e Londrina. As culturas consideradas foram soja, milho verão, milho safrinha, trigo e feijão.

A mesma metodologia foi utiliza-

da para o levantamento dos custos de produção de leite nos municípios de Castro e Cascavel e os de cana-de-açúcar, em Porecatu e Jacarezinho.

FÓRUM LOGÍSTICA

A FAEP organizou em 21 de novembro de 2011 em Curitiba o "Fórum de Logística do Agronegócio Paranaense". Durante o evento foram apresentados os dois estudos analíticos fundamentais ao desenvolvimento do Estado: "Perspectivas de exportação de granéis sólidos pelo Porto de Paranaguá", e "Análise das tarifas ferroviárias e rodoviárias do Agronegócio do Paraná", da ESALQ-LOG/USP.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A FAEP protocolou na Aneel um ofício pedindo a revisão da Resolução 449, de 20.09.2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que

obrigava a Companhia Paranaense de Energia – Copel a executar o recredenciamento de usuários de energia elétrica do meio rural e a exclusão dos produtores que se dedicam a atividade principal de produtos não considerados como destinados à alimentação humana. A medida atingia os silvicultores e os produtores de tabaco, algodão, erva mate, bicho-da-seda, flores e outras culturas podendo aumentar em torno de 60%, desestimulando a produção rural de não alimentos.

Na consolidação das ações da FAEP junto a sindicatos rurais e representantes da classe política no congresso nacional, a ANEEL baixou a Resolução restabelecendo o direito dos benefícios no consumo de energia elétrica por parte dos produtores rurais. Após consulta ao Ministério da Agricultura e ao Ministério das Minas e Energia, a Aneel voltou atrás no corte promovido.

Sanidade Agropecuária





Sanidade Agropecuária

SANIDADE ANIMAL

CONSELHO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA (CSAS)

Em 2009 começou o trabalho de fortalecimento dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) com a participação de 313 municípios. Em 2010 esse número passou para 369. Para dar suporte às atividades dos CSAs nos municípios, a FAEP distribuiu mais de 200.000 unidades de folhetos, cartilhas e calendários sobre brucelose, tuberculose, proibição do uso de cama de aviário, febre aftosa, gripe aviária, influenza animal, raiva, prevenção da encefalopatia espongiforme bovina, formigas cortadeiras, anemia infecciosa equina, língua azul e sanidade suídea.

Uma estratégia para acompanhar e motivar as diretorias dos CSAs na condução de seus planos de ação foi a mobilização e a participação da FAEP e do CONESA, em reuniões de CSAs em vários municípios do estado.

Em 2011, a FAEP realizou encontros

regionais dos CSAs nas regiões de Londrina, Pato Branco, Tapejara, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Guarapuava, Maringá. Houve a participação do Secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, representantes da Emater e Seab/Defis.

FUNDEPEC

A FAEP lidera as ações do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundeppec-PR), que auxilia na tomada de decisões estratégicas e na viabilização dos recursos necessários para a estruturação do sistema de defesa agropecuária do Paraná. Em 2009, o Fundeppec concentrou esforços no Projeto de Fortalecimento dos Conselhos de Sanidade Agropecuária. Em 2011 foi iniciado o processo de desenvolvimento de um projeto de readequação do site do FUNDEPEC, para aprimorar a acessibilidade das informações, modernização da distribuição dos conteúdos, além da inclusão e atualização dos conteúdos.

FEBRE AFTOSA

A defesa da sanidade sempre foi uma das prioridades da FAEP e a febre aftosa sempre foi à doença de maior importância econômica. A doença ainda é um desafio para o Paraná, Brasil e continente Sul americano. Além da vigilância e do controle do trânsito dos animais a única ferramenta disponível para se erradicar a doença é a vacinação.

A FAEP reuniu autoridades e produtores num seminário em 2009 para debater o pedido paranaense para ser reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. Em 2011, a FAEP contratou estudo da Universidade de Brasília/INEPAR sobre o "Impacto Econômico dos Programas de Febre Aftosa" que demonstra a metodologia da análise de custo benefício de programas sanitários, assim como, os resultados da análise do custo benefício do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa do Brasil (PNEFA) e da



Estratégia de Retirada da Vacinação do Estado do Paraná.

O estudo foi apresentado ao governo para subsidiar as autoridades estaduais e federais e o setor privado – CONESA na tomada de decisão sobre a suspensão da vacinação no Paraná.

Assentamentos indígenas, comunidades quilombolas, e faxinais, e animais urbanos apresentam um risco a uma campanha de sucesso. Para tanto a FAEP doou nos últimos três anos 38.000 doses de vacinas para que a SEAB realize a vacinação assistida nessas localidades. Também participou da divulgação da campanha, com a confecção e distribuição de cartazes, reportagens especiais no Boletim Informativo, no portal e em programas de rádio.

SUINOCULTURA E ADAPAR

Em 2011, a FAEP liderou as ações do Fundeppec promovendo interlocuções com o Governo do Estado para o repasse

dos recursos da suinocultura, destinados ao Fundeppec e retidos desde 2002. Também contribuiu nas articulações para a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Participou ativamente do processo de erradicação dos focos da Doença de Aujeszki, através da indenização dos produtores.

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS (SISBOV)

O Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) estava desacreditado nos mercados interno e externo. Precisava, portanto, de mudanças para que retomasse a credibilidade. A FAEP, junto ao Ministério da Agricultura, participou ativamente desse processo em 2009. A FAEP Coordenou a Comissão Técnica Consultiva do Sisbov, cujo objetivo era desburocratizar o serviço. A entidade também participou da conclusão dos trabalhos da nova legisla-

ção do Sisbov, concluída em 2011.

SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL SISBI/SUASA

Em 2011 foi realizado um Encontro Regional com a participação dos 42 municípios da jurisdição dos Núcleos Regionais da Agricultura de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Participaram do evento Secretários Municipais de Agricultura, técnicos de Vigilância Sanitária e diretores dos CSAs, técnicos da SEAB e da EMATER, professores universitários e assessores de deputados. Como resultado do encontro foi decidido que a Associação dos Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná - AMSOP liderará o processo para a criação e adesão de um consórcio intermunicipal a exemplo do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento – CONSAD de 19 municípios do oeste de Santa Catarina.



Sanidade Agropecuária

79ª SESSÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL - OIE

A FAEP participa anualmente das reuniões das sessões gerais da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE. Na de 2011, em Paris, foram aprovadas diversas resoluções de interesse das políticas sanitárias do Brasil e das Américas.

EDUCAÇÃO E SANIDADE

Com o objetivo de abordar a sanidade agropecuária como tema transversal na educação formal e discuti-lo com a comunidade escolar, o Sistema FAEP participou de Eventos de Gestão Ambiental da Emater e Secretaria de Estado da Educação. O Sistema FAEP e o DEFIS organizaram oficina sobre Segurança Alimentar.

A FAEP participou da Comissão de Avaliação dos focos de Doença de Aujeszky em 2010 e acionou a Coordenadora do Programa de Sanidade Suídea do DEFIS que por sua vez organizou reuniões com técnicos do MAPA, IAP e IBAMA,

no sentido formular uma solução para a frequente presença de javalis nas imediações das granjas de suínos na região dos Campos Gerais.

Em 2011 também foi desenvolvido material de apoio para as atividades dos programas sanitários tais como: cartilha sobre formiga cortadeira, folder sobre língua azul e brucelose. Além da distribuição e reprodução dos materiais já produzidos nos anos anteriores além dos cartazes e cartilhas repassados pelo MAPA sobre a proibição de uso de proteína animal na alimentação de ruminantes.

SANIDADE VEGETAL VAZIO SANITÁRIO DA SOJA

A FAEP também atua fortemente na defesa e manutenção da sanidade vegetal. O engajamento da entidade junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná na campanha do Vazio Sanitário da soja é aperfeiçoado a cada ano. No Paraná o vazio acontece no período de 15 de

junho a 15 de setembro. É uma proteção contra a ferrugem asiática, uma das mais importantes doenças da cultura da soja. Em 2009, a FAEP teve como meta a conscientização dos produtores quanto ao período de vazio. Nos anos seguintes, a FAEP elaborou, confeccionou e divulgou cartazes distribuindo-os entre os Sindicatos Rurais e sedes de cooperativas alertando da obrigatoriedade do produtor rural erradicar, até 14 de junho, todas as plantas de soja existentes nas áreas de cultivo, e também as de germinação espontânea que surgissem no período do vazio.

GREENING - HLB

A doença é considerada a mais devastadora de citros no mundo porque afeta todas as variedades. Atinge a planta inteira, inclusive os frutos, com significativa perda de produção. A bactéria do Huanglongbing (HLB - Greening) se multiplica rapidamente dentro da planta e dentro do vetor. Todos os anos a FAEP mantém



atividades de conscientização e orientação dos produtores para eliminação das plantas contaminadas, inspeções trimestrais nos pomares e entrega de relatórios anuais com os resultados das inspeções. Ações que permitem o controle mais eficaz da doença.

SEMENTE PARA USO PRÓPRIO OU SEMENTE SALVA

Os produtores rurais podem diminuir um pouco seus custos de produção “salvando” parte dos grãos obtidos na safra para serem usados como semente na safra seguinte. A FAEP usou todas as ferramentas de divulgação de que dispõe (site, Boletim Informativo, áudios) para informar os produtores sobre o mecanismo de legalização desses grãos.

CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE

A FAEP organizou reunião para esclarecer e uniformizar as informações sobre

a Instrução Normativa conjunta MAPA/ANVISA/IBAMA Nº 1/2010 que visa simplificar o registro de agrotóxicos para as pequenas culturas ou culturas com suporte fitossanitário insuficiente, que não possuem registro para utilização. O evento teve a participação de 22 instituições que contribuíram para o levantamento das “Demandas do Paraná de agrotóxicos para Pequenas culturas”, encaminhadas aos órgãos responsáveis. O problema foi finalmente reconhecido e a legislação é uma proposta de solução organizada pelos órgãos oficiais. Um plano de registro de produtos está sendo elaborado para atendimento ao setor em 2012.

COEXISTÊNCIA ENTRE AS LAVOURAS DE MILHO TRANSGÊNICO E AS LAVOURAS DE MILHO TRADICIONAIS

Também em 2011 a FAEP orientou os produtores sobre as regras de espaçamento entre lavouras de milho transgênico e não transgênico de diferentes proprie-

tários, conforme a Resolução Normativa 04/07 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio.

O produtor que usar sementes transgênicas de milho deve manter espaçamento de no mínimo 100 metros entre sua lavoura e uma de milho convencional pertencente a outro produtor, ou pode manter 20 metros entre os dois campos, desde que na área de transgênico sejam plantadas 10 linhas de milho convencional do mesmo ciclo e porte do transgênico, constituindo-se em bordadura que proteja toda linha de divisa.

Caso não seja respeitado esse espaçamento, o produtor de transgênico pode sofrer penalidades que vão desde prisão de um a dois anos; advertência; multas de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão; interdição parcial ou total do estabelecimento e perda de direito de acesso ao crédito oficial. Toda a responsabilidade de cumprir as normas de espaçamento recai sobre o produtor do milho transgênico.



Custos de produção

O levantamento dos custos de produção na avicultura e suinocultura foi um dos trabalhos mais relevantes da FAEP nos últimos anos, principalmente pela importância econômica dessas atividades no estado. O primeiro levantamento foi feito em 2009 atendendo a uma demanda da Comissão da Avicultura, que queria mostrar a situação do setor e ter subsídios nas negociações com as indústrias e cooperativas. Coordenado pela Embrapa e publicado em 2010, o estudo resultou na publicação "Levantamento de custo de produção da avicultura do Paraná".

Utilizando a metodologia e software da Embrapa, a FAEP buscou informações da suinocultura nas regiões Oeste e Sudoeste para os principais sistemas de produção de suínos: Ciclo Completo (CC); Unidade Produtora de Leitões (UPL) e Unidades Produtoras de Terminados (UPT).

Em 2011 o levantamento foi atu-

alizado mais uma vez, e os matrizeiros também foram incluídos em um levantamento novo. As informações foram coletadas nos Campos Gerais, Sudoeste e Oeste do Paraná. As planilhas foram então consolidadas e apresentadas para as indústrias participantes, principalmente a Brasil Foods (BRF). A empresa está usando as planilhas para negociar com seus integrados em várias regiões. As planilhas tornaram-se referência para outros estados, e foram utilizadas no Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, estados onde a produção avícola também é relevante.

PAINÉIS DE CUSTO DE PRODUÇÃO

Como parte do Programa Campo Futuro da CNA, técnicos da FAEP, CNA, Universidade Federal de Lavras e da ESALQ/USP, se reuniram com grupos de produtores para conhecer os custos de produção regionais para as atividades de bovinocultura de leite e corte, café, trigo,

milho, soja, feijão e cana-de-açúcar. O objetivo foi obter os custos de produção que representam a máxima aproximação possível a realidade dos gastos dos produtores rurais. Os valores obtidos visam orientar a CNA e as Federações de Agricultura em suas ações de defesa dos interesses de seus representados.

LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Os preços divulgados pela SEAB não atendem as necessidades dos produtores paranaenses. A FAEP solicitou a SEAB a revisão da metodologia utilizada para a verificação de preços na suinocultura e avicultura. Desta forma, o pedido foi que haja aumento no número de agentes consultados pelo Departamento de Economia Rural – DERAL. As Comissões de Suinocultores e Avicultores da FAEP indicaram que, além dos compradores (indústrias), também os vendedores (produtores rurais) deveriam ser consultados para que sejam levantados preços mais precisos.

Política Agrícola





Política Agrícola

SEGURO RURAL

Se a atividade rural dependesse apenas do trabalho do produtor, seu desenvolvimento e qualidade estariam garantidos. No entanto, é influenciada por fatores externos sobre os quais o empresário rural não tem poder. Condições climáticas (estiagens, granizo, geadas, vendavais) e mercado de preços ditam a produtividade e a rentabilidade do produtor.

Nesse contexto, a FAEP defende o seguro rural como o instrumento mais adequado para a segurança na atividade agrícola.

A FAEP coordena um grupo de trabalho com entidades do agronegócio que tem o objetivo de apresentar um estudo de análise de custo benefício das políticas voltadas ao seguro rural para ser apresentado ainda em 2012 aos governos federal e estadual. Em 2011 foi criado o Grupo de Trabalho dentro da Câmara Temática de Se-

guros do Agronegócio do Ministério da Agricultura. O grupo estabeleceu o escopo do projeto, escolheu a consultoria independente que irá conduzir o estudo, definiu os financiadores do projeto e estabeleceu uma estratégia de atuação juntos aos governos e sociedade para divulgar o estudo em 2012.

No âmbito estadual a FAEP está reivindicando a ampliação do programa de subvenção, que atualmente atende apenas os produtores de trigo, para outras culturas e atividades.

A FAEP elaborou pleito em 2007 ao Governo Federal para abrir o mercado de resseguros. Esta ação possibilitou a atuação de resseguradoras estrangeiras no Brasil, fato este que está fortalecendo o programa, mas desde 2010 houve um retrocesso e a FAEP tem defendido a melhoria das coberturas e das produtividades.

Em 2011, por exemplo, muitos

produtores ficaram sem o seguro agrícola, porque o governo liberou apenas R\$ 132 milhões dos R\$ 406 milhões aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a subvenção ao prêmio.

A FAEP tem realizado seminários e debates sobre seguros em alguns municípios do Paraná.

FUNDO DE CATÁSTROFE

Idealizado em 2005 após uma das piores secas do Paraná, o Fundo de Catástrofe poderia ser mais uma medida de credibilidade e massificação do seguro agrícola. Em 2009 a FAEP reivindicou a implementação do Fundo, que foi sancionado em 2010. No entanto, até agora aguarda a regulamentação.

CRÉDITO RURAL

Desde 2009 a FAEP vem estreitando o relacionamento com as insti-



tuições financeiras. Os resultados são acordos para a renegociação de dívidas dos produtores rurais e melhores condições para acesso ao crédito. Em 2011, a FAEP conseguiu com o Banco do Brasil a renegociação de R\$ 227 milhões. Mais de 2.300 produtores do Paraná foram beneficiados.

Em 2010, o Banco do Brasil também atendeu a uma reivindicação da FAEP e abriu uma agência em Curitiba com equipe especializada em agronegócio para atender agricultores que residem ou trabalham na capital e têm propriedades no interior.

PRONAF

A grande demanda por parte dos produtores nos sindicatos rurais sobre os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), fez com que a FAEP intensificasse o trabalho de orientação sobre acesso ao crédito e

também na elaboração da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Em 2011, a FAEP realizou treinamentos sobre esses temas nos sindicatos rurais do Estado.

Atualmente a FAEP possui 117 sindicatos patronais habilitados e credenciados para análise dos produtores rurais e emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento inicial e indispensável para habilitação na obtenção dos créditos junto aos agentes financeiros.

PROAGRO

A FAEP vem participando desde 2009 da Comissão Especial de Recursos do Proagro (CER), que é responsável em analisar os recursos pedidos pelo produtor rural quando não recebe amparo do Proagro e se julga prejudicado, sempre defendendo o interesse dos produtores rurais. Em 2010, 73% dos processos foram favo-





Política Agrícola

ráveis aos produtores. Em 2011, dos 1.081 processos julgados, 490 foram positivos aos produtores.

APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

A FAEP faz o monitoramento dos preços pagos aos produtores e acompanha os custos de produção. Quando se constata a real necessidade de apoio à comercialização pelos mecanismos da Política de Garantia de Preços Mínimos, a FAEP encaminha pedido ao Mapa e atua nas Câmaras Setoriais em Brasília para que a PGPM seja executada oportunamente. Entre as medidas é solicitado apoio através da Aquisição do Governo Federal (AGF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Prêmio de Escoamento de Produção (PEP).

A safra 2008/2009, por exemplo, precisou de apoio na comercialização. Problemas climáticos, crise financeira mundial afetaram praticamente

todas as atividades: trigo, avicultura, suinocultura, feijão, café. Na bovinocultura de leite, os produtores enfrentaram a importação de toneladas de leite em pó vindas da Argentina. Frente a esse quadro, várias medidas para apoio à comercialização foram solicitadas pela FAEP no decorrer de 2009, parcialmente atendidas pelo governo federal.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA

Para os produtores rurais é essencial seguir as orientações do zoneamento agrícola estabelecido pelo MAPA, pois isso garante acesso ao financiamento do crédito rural oficial em instituições bancárias e à contratação do seguro rural e do Proagro.

Sempre que necessário a FAEP tem interferido para reivindicar adaptações nas datas de plantio preconizadas, resultantes de mudanças tecnológicas ou climáticas. Foi o caso, por

exemplo, do trigo em 2010, do milho safrinha e da ameixa em 2011.

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

O prazo para renegociação e liquidação dos débitos oriundos de operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União – DAU foi estendido para 30 de junho de 2011. A FAEP fez material de orientação aos produtores após a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN estabelecer a forma de atendimento das renegociações. Com o término do prazo a FAEP solicitou novo alongamento de prazo para 29 de junho de 2012 e possibilidade de renegociar ou liquidar dívidas inclusas até 30 de dezembro de 2011. O pleito foi encaminhado ao Ministério da Agricultura e da Fazenda, tendo em vista as informações de que muitos produtores ainda não tinham aderido ao programa.

Grãos





Grãos

NOVA CLASSIFICAÇÃO DO TRIGO

A nova classificação do trigo foi definida através da Instrução Normativa nº 38, de 30/11/2010, estabeleceu um novo padrão mais rígido que exigia a adequação comercial das variedades conforme a nova classificação.

No entanto, a reunião da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale que faz essa adequação aconteceria somente em julho de 2011 e publicaria os enquadramentos das variedades de acordo com a IN 38 apenas no final do ano, quando o plantio e colheita da safra brasileira 2011 já foram concluídos.

A FAEP pleiteou e conseguiu postergar o cronograma de início da vigência da Instrução Normativa nº 38 do MAPA para 01 de julho de 2012, tendo em vista que não há tempo hábil para a pesquisa e as empresas obtentoras readequarem a indicação das variedades conforme a nova classificação para a safra 2011.

Seminário

O futuro do trigo

Venha saber mais sobre qualidade, classificação, variedades e as tendências do mercado de trigo

Programação:

"Parâmetros que determinam a qualidade em cultivares de trigo"
Eng. Agrônomo, D.S., Francisco de Assis Franco
Gerente de programa de pesquisa de trigo - Coodetec

"Tendências do mercado de trigo"
Eng. Agrônomo Robson Maffioletti - Sistema OCEPAR

"A nova classificação do trigo"
Economista Pedro Loyola - Sistema FAEP

Locais, datas e horários dos seminários:

<p>Ponta Grossa Dia: 29/06 (quarta-feira) 9h30 - 12h Local: SALÃO DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA COOPERGRUCELA Endereço: Rua Arno Wok, 100 - Santa Terza</p>	<p>Pato Branco Dia: 30/06 (quinta-feira) 09h30 - 12h Local: CENTRO REGIONAL DE EVENTOS PARQUE DE EXPOSIÇÕES Endereço: Rua Benjamin B. dos Santos, 111 - Franon</p>
<p>Guarapuava Dia: 29/06 (quarta-feira) 19h - 21h30 Local: AV. TEATRO DO SINCATO RURAL Endereço: Rua Afonso Botelho, 58 - Trianon</p>	<p>São João Dia: 30/06 (quinta-feira) 15h - 17h30 Local: AUDITÓRIO DA SUCREDE (CACHA) Endereço: Rua São Francisco, nº 583 - Centro</p>

SEMINÁRIOS "O FUTURO DO TRIGO"

Diante da entrada em vigor da nova classificação em julho de 2012, a FAEP tem realizado seminários "O Futuro do Trigo" e divulgado em seu

boletim informativo informações com o objetivo de manter o produtor rural atualizado com as mudanças nos parâmetros de qualidade do trigo quando da sua comercialização.

Disseminando e discutindo os impactos da nova classificação, bem como, as perspectivas de mercado e uma política de segregação no plantio do trigo, com vistas a valorizar a produção nacional.

Foram realizados 11 eventos em 2010 e 2011 com a participação de mais de 1.300 produtores e ampla cobertura dos jornais e rádios locais, alertando o setor sobre as novas exigências da classificação oficial do padrão de trigo.

PREÇO MÍNIMO

Em 2010, a FAEP entrou com mandato de segurança no Superior Tribunal de Justiça contra a redução em 10% do preço mínimo do trigo.



A FAEP também solicitou ao governo a comercialização via leilões PEP e até dezembro de 2010 tinham sido comercializadas 552,2 mil toneladas de trigo. Como os preços continuavam em baixa, em janeiro de 2011 a FAEP reivindicou ao governo a continuidade dos leilões de PEP previstos em Portaria Interministerial em novembro de 2010 já que dos recursos previstos foram utilizados em apenas 33% e o preço de mercado do trigo ainda estava abaixo do preço mínimo e com comercialização lenta.

Em 2009, a FAEP agiu para sensibilizar as seguradoras a cobrir perdas de produtividade das lavouras, em função de infestação de brusone e giberela, ocasionadas por condições climáticas.

POLÍTICA DO TRIGO

Em dezembro de 2010 a FAEP elaborou com a Ocepar estudo com propostas de políticas para o trigo. As

instituições solicitaram ao governo aumento no preço mínimo. Pela proposta, o preço da tonelada ficou estabelecido em R\$ 537,42 para o trigo de classe pão e tipo 1. Além disso, a FAEP reivindicou o apoio à comercialização de trigo via leilões PEP, AGF e Contratos de Opção de Venda para as próximas safras, deve ser programado com antecedência de até 60 dias antes no início do plantio para evitar a demora no apoio à comercialização que contribui com quedas maiores de preços.

Em 2011 houve queda na área e produção de trigo por dois motivos: melhores preços do milho e desânimo dos produtores com a falta de soluções para o mercado de trigo nacional. Ao longo do ano foram realizados esforços para ter um encaminhamento político das propostas de políticas públicas para o trigo. Com base em um documento discutido com produtores

e cooperativas foram definidas as principais proposições, as quais são consideradas prioritárias e deverão nortear a discussão dos pleitos junto ao governo federal.

MICOTOXINAS

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), publicou no Diário Oficial da União, a Resolução RDC 7, em 22 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre limites máximos tolerados (LMT) para micotoxinas, substâncias tóxicas produzidas por fungos que surgem por meio da decomposição dos alimentos. Diante da dificuldade em cumprir de imediato as exigências, a FAEP solicitou ao Mapa algumas medidas, entre elas, o adiamento do período de vigência por um ano e um estudo para criação de um fundo ou seguro para cobertura de prejuízos de ataques severos de fungo que ocasionem perda da produção.



Grãos

CLASSIFICAÇÃO DO MILHO

Em vigor há 34 anos, a classificação do milho estava defasada e não atendia às necessidades e exigências do mercado. No início de 2010, o Mapa divulgou uma consulta pública e definiu um novo padrão ao grão. A proposta preocupou o setor produtivo, pois estabelecia critérios muito rígidos, que excluíam grande parte da produção de milho paranaense.

Depois de promover reuniões com produtores, técnicos e cooperativas, para avaliar os impactos do novo padrão do milho, a FAEP pediu a prorrogação da consulta pública cujo prazo de recebimento das sugestões venceu em julho de 2010, mas a instituição conseguiu prorrogar esse prazo por mais dois anos.

A estratégia estabelecida pela FAEP e OCEPAR durante a consulta pública da nova classificação do milho, realizada no final de abril de 2011 na sede

da Conab, em Brasília, evitou grandes perdas aos produtores paranaenses. O objetivo da classificação era definir parâmetros de qualidade e identidade (formato, coloração, consistência) que são obrigatórios para o apoio à comercialização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e nas exportações e importações do grão. O regulamento consta de um documento técnico em que foram analisados 41 artigos e as tabelas com parâmetros de limites de tolerância de defeitos dos grãos.

A ação da FAEP evitou que 30% a 75% da safra de milho do Paraná pudessem futuramente ser enquadrada como fora de tipo. Isso inviabilizaria, por exemplo, apoio do governo na PGPM para boa parte do milho do Paraná. O novo padrão deverá entrar em vigor a partir de julho de 2012, contemplando a reivindicação dos produtores e enquadrando a maior parte da produção de

milho cultivado no Paraná em um dos três tipos de classificação.



MILHO TRANSGÊNICO E TRADICIONAL

A FAEP vem orientando os produtores sobre as regras de espaçamento entre lavouras de milho transgênico e não transgênico de diferentes proprietários, conforme a Resolução Normativa 04/07 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio.

Feijão

COMERCIALIZAÇÃO

Em 2010 os produtores de feijão foram surpreendidos com a notícia de que teriam que tirar a produção entregue nos armazéns credenciados da CONAB, pois o governo não faria aquisições. A FAEP teve que intervir junto ao MAPA. A Federação também foi atendida na solicitação de adiamento dos leilões de feijão do governo para que os preços não despencassem.

Ao longo de 2011, os preços médios do feijão recebidos pelos produtores ficaram bem abaixo do valor mínimo estabelecido na PGPM. Com o objetivo de acelerar a comercializar e estimular os preços, a FAEP reivindicou ao Mapa o apoio a 120 mil toneladas de feijão por meio de Aquisições do Governo



Federal (AGF), 15 mil toneladas por meio do Programa de Aquisição Direta de Alimentos (PAA) e 50 mil toneladas para leilões de Prêmio para Escoamen-

to do Produto (PEP). As compras via AGF foram autorizadas, inicialmente, com o limite de 100 sacas por produtor, a FAEP reivindicou que o limite fosse ampliado passando para 500 sacas por produtor.

Além disso, a FAEP solicitou que o preço mínimo fosse reestabelecido em R\$ 80,00 por saca, elaborando estudo técnico para comprovar que a modificação no preço seria extremamente prejudicial a agricultores familiares, mas o governo não se sensibilizou. No estudo, a FAEP esclareceu também ao governo, o dano causado pela crescente importação de feijão que reduzia os preços do produto no mercado interno.

Arroz



COMERCIALIZAÇÃO

Durante 2011 os produtores paranaenses encontraram dificuldades para comercializar o arroz, porque não havia compradores e o preço interno estava abaixo do custo de produção. Diante desse cenário, a FAEP reivindicou ao governo, inicialmente, o apoio à comercialização do produto por meio de leilões de Prêmio para Escoamento do Produto (PEP). Além disso, solicitou Aquisições

do Governo Federal (AGF), Contratos de Opção, aumento do limite das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), suspensão das importações de arroz dos países do Mercosul, novo preço mínimo compatível com o custo de produção, criação de um novo mecanismo de apoio à comercialização com pagamento direto ao produtor e operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Fumicultura

RESOLUÇÃO DA ANEEL

Uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), atingiu pequenos produtores de municípios do Centro Sul do Paraná, em 2011. A Agência cortou os subsídios na conta da energia elétrica aos não produtores de alimentos, prejudicando cerca de 32 mil famílias de pequenos agricultores, principalmente fumicultores, que viram subir subitamente as contas de energia em até 38%. Com apoio de parlamentares e a atuação do presidente do Sindicato Rural de Irati e representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) para Assuntos do Tabaco, Mesaque Kekot Veres, a Resolução foi revertida.



Café

GRUPO DE REVITALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA

Em 2009, a FAEP conseguiu da CMN medidas de socorro aos cafeicultores: renegociação de dívidas, uma nova linha de crédito e redução das taxas de juros. Em 2010, a FAEP, em parceria com a CNA, SEAB, EMATER, IAPAR e OCEPAR criou um Grupo de Trabalho para estudar soluções para a cafeicultura paranaense. Nesse ano também foi solicitado ao MAPA um marco regulatório ao café torrado e moído, rapidez na solução para o café retido nos contratos de opção da CONAB; subvenção do prêmio de seguro para a atividade e abertura de mercado.

Depois de 10 anos com baixos preços, 2011 deu um alívio aos cafeicultores paranaenses. Os preços da saca de café brasileiro nunca estiveram tão atrativos quanto os vistos ao longo do ano. Apesar do cenário favorável, a FAEP continuou trabalhando ao lado dos produtores. A instituição reivindicou aos governos es-



tadual e federal a reestruturação da cadeia produtiva.

O plano inclui medidas como, por exemplo, o reordenamento e reescalonamento das dívidas rurais, além da implementação em todo o parque cafeeiro do modelo tecnológico recomendado pela pesquisa e assistência técnica, para pequenas e médias propriedades.

PRONAF

Por conta da crise na cafeicultura, os produtores não puderam fazer novos investimentos no sistema de produção.

Ou seja, ocorreu um sucateamento da estrutura de produção de grande parte das fazendas de café do Paraná, que são, na maioria, pequenas e médias propriedades. Com isso, a FAEP reivindicou ao MDA novas regras de enquadramento da cafeicultura, para que uma grande parcela dos produtores seja amparada pelo Pronaf.

CRÉDITO

Além disso, a FAEP reivindicou ao governo mudanças na tributação estadual do café. Assim, o governo concedeu créditos que resultavam em 1% de ICMS ao produtor, tanto para vendas estaduais quanto interestaduais. O benefício resultou num ganho de competitividade que permitiu ao café paranaense chegar a mercados fora do Paraná, onde ele era mais bem remunerado. No entanto, em março de 2011 o governo do estado vetou tais benefícios prejudicando assim os cafeicultores do estado que estão se recuperando de uma grave crise que perdurou por 10 anos.

Tributação





Tributação



DIREITO ANTIDUMPING HERBICIDA GLIFOSATO CHINÊS

A FAEP solicitou a CAMEX a não elevação da tarifa de importação incidente sobre o glifosato proveniente da China na forma de sais ou formulado. A medida só prejudicaria o setor agrícola em benefício de uma única fabricante nacional, que as importações do produto possibilitavam preços finais mais acessíveis aos produtores. O pedido foi feito em 2011 pela Monsanto do Brasil sob a acusação de prática de dumping por parte deste país.

AFAEP também questionou a afirmação de dumping praticado pela China, uma vez que os preços das importações dos EUA eram menores. E o pedido de não considerar a União Europeia como parâmetro de preço para apurar a prática por parte da China, uma vez que este país não é considerado uma economia de mercado os preços internos não seriam consi-

derados. Em agosto foi publicado em DOU a Circular nº 43 da SECEX encerrando o pedido de revisão da tarifa de importação proposto pela Monsanto.

INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS, TRIGO, CEVADA CERVEJEIRA E CANA-DE-AÇÚCAR

Em conjunto com outras instituições, a FAEP pleiteou a volta dos incentivos fiscais de ICMS, dentre eles o Nº 855 que acabou com créditos importantes para o setor agrícola que foi vetado pelo Governo do Estado em 2011. Os incentivos permitiam que os produtos paranaenses chagassem em mercados de outros estados brasileiros de forma competitiva. A solicitação foi atendida parcialmente e os benefícios voltaram para o trigo, cevada e cana-de-açúcar.

NOTA FISCAL DO PRODUTOR

A FAEP tem atuado de forma permanentemente na orientação e esclareci-



mentos aos sindicatos rurais e produtores sobre a aplicação do regulamento de emissão de notas fiscais.

A FAEP incentivou e contribuiu com a realização e conclusão do Cadastro de Produtor Rural para que o produtor fique em dia com a Previdência Rural e garanta sua aposentadoria.

ISENÇÃO DE IPVA PARA MÁQUINAS AGRÍCOLAS

A FAEP saiu em defesa dos produtores na questão tributária do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. O problema foi levado a secretaria da Fazenda que emitiu parecer isentando do IPVA tratores, colhedoras e carretas agrícolas.

REDUÇÃO DA TARIFA DE GLIFOSATO

A FAEP conseguiu manter a alíquota de importação do glifosato. A sobretaxa havia sido reduzida em caráter provisório de 11,7% para 2,9% e em janeiro de 2009

a Camex tentou elevá-la mas com o estudo apresentando ao MAPA sobre os impactos negativos que a medida acarretaria no setor, contribuiu para reduzir ainda mais a sobretaxa que caiu para 2,1%.

TRIGO

Em 2009 a FAEP solicitou ao MAPA a manutenção da Tarifa Externa Comum - TEC do trigo em 10% para importações advindas de fora do Mercosul. A medida permitiu que o preço não caísse ainda mais, pois contribuiu para que o trigo americano não entrasse no Brasil.

FERTILIZANTES

Em 2009 a FAEP cobrou uma posição do governo federal no sentido de rejeitar a pressão das indústrias de fertilizantes que queriam a reativação do direito antidumping nas importações de fertilizantes. Com isto, a federação conseguiu evitar mais prejuízos aos produtores que se recuperavam da crise

internacional e dos prejuízos causados por desastres climáticos.

COGUMELOS

Para evitar uma crise no setor, a FAEP solicitou ao governo taxar os cogumelos importado da China, além de aplicar o direito antidumping sobre as importações brasileiras de cogumelos conservados da espécie *Agaricus Bisporus*.

PISCICULTURA

Em 2009, a FAEP solicitou esclarecimentos para a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL com o intuito de rever os critérios de classificação de piscicultor como produtor agropecuário. Com o recadastramento de usuários de energia elétrica da Copel no meio rural, os piscicultores passaram a ser enquadrados como pertencentes à classe comercial para efeito de aplicação de tarifas, deixando de receber os benefícios da tarifa rural.



III Encontro Estadual das Comissões da FAEP

Políticas Agrícolas e Tendências de Mercado

Comissões e Câmaras Técnicas

A FAEP tem dez Comissões representando várias áreas da agropecuária. Comissão de Bovinocultura de Corte e de Leite, Avicultura, Suinocultura, Caprinocultura e Ovinocultura, Avicultura, Cana-de-Açúcar, Cafeicultura, Hortifruticultura, Cereais Fibras e Oleagionosas e de Assuntos Fundiários.

A FAEP tem seis Câmaras Técnicas: Política Agrícola, Meio Ambiente, Assuntos Fundiários, Trabalho / Previdência, Pequena Propriedade e Sanidade

As Comissões da FAEP são compostas por produtores de diversas regiões do Paraná e se reúnem rotineiramente para analisar o panorama de cada uma das atividades. Preços praticados, tendências do mercado, custos de produção, questões sanitárias, política agrícola, meio ambiente, defesa política e econômica dos produtores, formam o leque de temas.

A interlocução com os produtores, uma das prioridades estratégicas da FAEP, procura estabelecer diálogo e organizar suas demandas, dando maior visibilidade e efetividade às propostas de políticas públicas e de fatores impeditivos ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. Da avaliação feita pelas Comissões, a diretoria da FAEP decide sobre o encaminhamento de pedidos para buscar as soluções necessárias.

ENCONTRO ESTADUAL DAS COMISSÕES DA FAEP

A FAEP tem realizado anualmente um encontro das Comissões para se debater as medidas estratégicas para a agropecuária do Estado e do País. Em 2009, membros das Comissões e presidentes de Sindicatos puderam trocar experiências e participar de debates com bancos, seguradoras e especialistas no mercado de grãos e pecuária. Em 2011 o III Encontro Estadual das

Comissões da FAEP teve como tema “Políticas Agrícolas e Tendências de Mercado” e a presença de 400 líderes sindicais de todo o Estado. O evento teve a participação de lideranças como o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Osmar Dias que anunciou o lançamento do esperado Seguro Faturamento Agrícola. O Secretário de Agricultura Norberto Ortigara que assinou um acordo de cooperação com o governo federal para troca de informações sobre operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural para o trigo, anunciou a liberação de defensivos agrícolas proibidos somente no Paraná e o envio do projeto de criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR à Assembleia Legislativa no início de agosto.

O Secretário Nacional de Política Agrícola do Mapa, José Carlos Vaz, relatou sobre uma nova plataforma para a Política Agrícola do país.

Pecuária de Leite





Pecuária de Leite

Em 2009 foram canceladas as licenças automáticas para importações de lácteos e houve imposição de cotas e preços mínimos para combater as importações desenfreadas de leite em pó. Novamente o andamento das importações de lácteos fez parte das questões tratadas pela Comissão em 2011, em sintonia com a Comissão Nacional de Bovinocultura de leite da CNA.

Na legislação que rege o comércio mundial, é previsto que alguns produtos considerados “sensíveis” para um país, tenham tratamento diferenciado, como é o caso do leite para o Brasil. Baseado nisso a Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite da CNA tem usado todas as prerrogativas legais possíveis para revalidar o acordo para estabelecimento de cotas e preços mínimos anteriormente assinados com a Argentina e firmar pela primeira vez o mesmo acordo com o

Uruguai. Em 16 de novembro finalmente Brasil e Argentina fecharam o acordo em reunião ocorrida em Punta Del Leste, no Uruguai.

Em 2010 a FAEP conseguiu tratamento diferenciado em relação ao ICMS nas operações com leite longa vida (UHT) como compensação pelos benefícios concedidos a outras unidades da Federação. Em junho de 2011, conforme estabelecido na Instrução Normativa n.º 51, do MAPA, deveria entrar em vigor os novos parâmetros de qualidade do leite, especificamente contagem de células somáticas e contagem bacteriana.

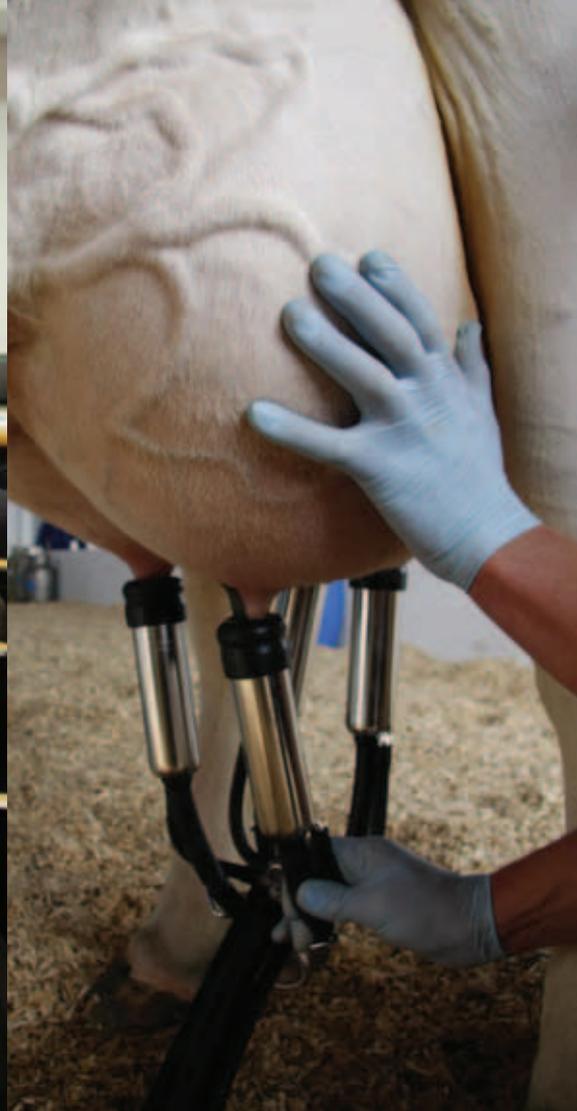
O tema causou polemica e a Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP encarou o assunto com equilíbrio, posicionando-se contrária à prorrogação do prazo, ao mesmo tempo elencando todos os gargalos que ainda não permitiram a adaptação de todos os produtores, chamando à responsabilidade

os setores públicos e privado em busca de soluções.

O parecer foi acatado pela Câmara Setorial do Leite, do MAPA, tornando-se o oficial do setor. A decisão do MAPA foi prorrogar a entrada em vigor até dezembro de 2011 e constituir um grupo de estudo, do qual faz parte o presidente da Comissão Nacional de Leite da CNA que acumula também o cargo de presidente da Câmara Setorial do Leite.

ANTIBIÓTICOS NO LEITE

Em 2011 a FAEP organizou uma reunião da Comissão com representantes da indústria de produtos veterinários farmacêuticos, das indústrias de laticínios e produtores do Conselho e da indústria detentora da metodologia de fabricação dos equipamentos (kits) para detecção de resíduos de antibióticos para debater a detecção de antibióticos no leite cru, mesmo quan-



do a vaca é tratada com medicamento de descarte zero e quando se respeita o período de carência.

A gravidade do problema exige adequação da legislação vigente, assim como padronização da metodologia para detecção de resíduos de antibióticos e/ou inibidores.

Foi solicitado às autoridades competentes, a revisão do texto da IN 51/2002, pedindo harmonização dos conceitos, propondo que a IN 51 seja adequada aos limites máximos de resíduos previstos no programa Nacional de Controle de Resíduos do MAPA.

Foi solicitado ainda a padronização e oficialização da metodologia para detecção dos resíduos de antibióticos, para que as indústrias lácteas e farmacêuticas, produtores de leite e agentes de inspeção possam seguir um único parâmetro. Segundo resposta encaminhada à FAEP pelo Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA,

o ofício assinado pelos presidentes da FAEP, Sindileite e Conseleite Paraná, já foi examinado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal/Coordenação Geral de Inspeção, Divisão de Inspeção de Leite e Derivados, Mel e Produtos e encontra-se em análise na Secretaria de Defesa Agropecuária.

CONSELEITE PARANÁ

Em dezembro de 2011 o Conseleite Paraná completou 8 anos e 11 meses de funcionamento, contando com a realização de 107 reuniões mensais ininterruptas, com início em janeiro de 2003.

Desde o início, a história do Conseleite Paraná tem sido fiel a sua proposta de criação, que é dar transparência à formação de preços para a matéria prima leite e levar essa informação ao setor leiteiro através da divulgação de preços de referência.

É ferramenta consagrada para a negociação de preços do leite entre produtores e indústrias. Também é, desde a sua criação, indicado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná como indicador do preço do leite pasteurizado pago às indústrias fornecedoras do programa Leite das Crianças, do governo do estado.

Em 2011 os parâmetros considerados para determinação dos valores referência foram revisados pela Câmara Técnica do Conseleite, com objetivo de adaptá-los a novas realidades da produção primária e industrial para que representem com fidedignidade a realidade de comercialização dos produtos lácteos pelas indústrias participantes.

Em setembro de 2011 a reunião do Conseleite serviu de fórum para uma audiência pública com o objetivo de colher as aspirações estaduais para embasar a constituição de uma política nacional para o setor leiteiro.

Cana-de-açúcar

Nos últimos anos a necessidade de revisão de parâmetros do CONSECANA para adequá-los às transformações tecnológicas ocorridas no processo de transformação da cana em açúcar e álcool, contribuindo para elevar a capacidade de remuneração da matéria-prima tem sido assunto de destaque na pauta da Comissão de Cana-de-Açúcar.

As discussões culminaram, em 2011, com encaminhamento de pedido de revisão, o qual foi aceito pelas duas bancadas do Consecana, resultando na adequação pretendida. Com isso o preço da cana ao produtor sofreu um reajuste positivo.

Também foi bastante discutido a necessidade de revisão da Lei nº 4071, de 1962, que rege o setor e está defasada em relação à evolução tecnológica e conjuntural pelas quais o setor passou.

O setor agrícola paranaense posicionou-se favorável à revisão da lei e não à extinção, conforme defendida por uma corrente da indústria. O assunto continua em

discussão e o apoio da Comissão de Cana de Açúcar da FAEP à Federação de Plantadores de Cana tem sido fundamental para evitar a revogação da lei, que deixaria em vácuo legislativo perigoso até que fosse construído o arcabouço de nova lei.

CONSECANA PARANÁ

Ferramenta já consagrada com mais de 10 anos de existência, a resolução mensal que divulga o preço referência para a tonelada de cana, é usada por 26 indústrias e seus fornecedores/parceiros, entre as 30 empresas do setor atuantes no Paraná.

Com reuniões mensais, o Consecana promove a transparência na comercialização de cana. Apresenta aos conselheiros os levantamentos dos preços médios de comercialização mensal de açúcar e álcool pelas indústrias participantes, atrelando a esses valores a capacidade de remuneração pela matéria prima. Fatores como a variação do dólar, os preços nacional e internacional dos produtos, os volumes de

açúcar e álcool para exportação e mercado interno com seus respectivos preços, evolução da colheita e produção, são informados a cada reunião e propiciam aos conselheiros o entendimento do comportamento dos preços da matéria prima.

As revisões periódicas dos parâmetros do Consecana, incorporando inovações ocorridas, promovem a harmonização dos setores.

Conforme necessidade detectada na Comissão de Cana de Açúcar da FAEP, foi realizada em 2011 uma revisão dos rendimentos e das perdas industriais, que refletem diretamente na formação do preço da cana básica.

Foi criado um subgrupo entre os representantes do Consecana e após diversas reuniões e muito debate, chegou-se aos novos parâmetros para perda industrial, que passou de 11% para 9%, e dos rendimentos industriais da cana, resultando em aumento no valor da tonelada de cana básica.



Florestal

A FAEP participa do grupo gestor que está definindo o planejamento estratégico para o desenvolvimento do setor florestal 2011-2014. O setor ocupou o quinto lugar no Valor Bruto da Produção – VBP 2010 e representa 8,13% das exportações do Paraná. O trabalho do grupo gestor inclui iniciativas como capacitações, projetos de

integração lavoura pecuária floresta, disseminação para projetos financiados com recursos do Programa ABC, entre outros.

Além disso, o Sistema FAEP atua através SENAR-PR no setor de silvicultura desde 1996, quando desenvolveu treinamentos de operação e manutenção de motosserra em parceria com a Klabin. Em seguida ofereceu treinamentos orien-

tando o produtor como recompor áreas degradadas de vegetação ciliar e cursos de cultivos florestais aos produtores rurais, como o manejo de pinus e eucalipto. Foram 580 cursos de cultivo de eucalipto e 48 treinamentos em relação à plantação de pinus até 2010. E orientou os produtores sobre o volume de madeira de comercialização dentro da sua área florestal.

Representação Externas

A FAEP participa das reuniões das Câmaras Setoriais e Temáticas criados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para a identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, definindo ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e seu relacionamento com os mercados interno e externo.

São 30 Câmaras Setoriais e Temáticas que representam diferentes setores e a FAEP está participando das 12 principais: as Câmaras Setoriais que a FAEP participa abrangem as Cadeias Produtivas do Leite e Derivados; Carne Bovina; Aves e Suínos; Fruticultura; Feijão; Milho e Sorgo; Culturas de Inverno e Soja. As Câmaras Temáticas abrangem Infraestrutura e Logística do Agronegócio; Insumos Agropecuários; Seguro do Agronegócio; e Crédito e Comercialização.

A FAEP também tem representações nas Comissões Nacionais da CNA, Con-



selho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CEDRAF; Comissão de Sementes e Mudas – CSM; Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA; Comitê das bacias hidrográficas do Estado do Paraná, Comissão da Produção Or-

gânica no Estado do Paraná – CPOrg-PR; Comissão Especial de Recursos – CER-PROAGRO; Conselho dos Portos de Paranaguá e Antonina, Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Paranaguá e Fórum Futuro 10 Paraná.

Expedição Safra

A FAEP também tem participado da Expedição Safra promovida pelo Jornal Gazeta do Povo desde sua primeira edição. Ela é dividida em diversas equipes formadas por jornalistas, fotógrafos do grupo GRPcom que percorrem as principais regiões produtoras de grãos do Paraná e de outros países.

São produzidas reportagens que apresentam projeções técnicas, que passaram a ser usadas até mesmo pelos órgãos oficiais, com orientação de técnicos do sistema FAEP e Ocepar. Em 2011 os técnicos da FAEP acompanharam a visita ao noroeste de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul explorando as condições de colheita das lavouras irrigadas e normais e o preço das terras naquela região.





Viagem técnica

A FAEP promove constantemente viagens técnicas com o intuito de que os produtores rurais conheçam a realidade de outros países e tenham o maior número de informações sobre o agronegócio na tomada de decisões em suas propriedades.

Em 2009 uma comitiva de produtores e técnicos pode ver a os efeitos da pior seca que assolou a Argentina.

Em 2011 a FAEP promoveu quatro viagens técnicas à Europa, visitando a França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Itália, com a participação de 136 (cento e trinta e seis) sindicalistas, técnicos da FAEP e SENAR-PR e jornalistas. O objetivo principal foi oferecer um contato direto com o cenário agropecuário europeu, ver e ouvir produtores rurais e suas entidades, institutos de pesquisas e outros segmentos econômicos relevantes daqueles países.

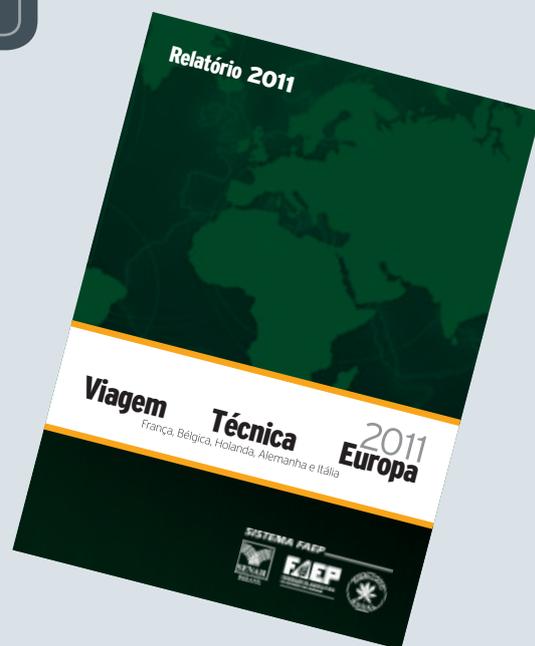
Compreender como funcionam os mercados, as mudanças tecnológicas

e as representações políticas do setor no continente europeu, proporcionar aos produtores rurais uma experiência única para traçarem um horizonte de atuação em suas propriedades, sindicatos e comunidades em busca da melhoria da competitividade da agropecuária paranaense.

Com essas informações colhidas, a FAEP cumpre a sua missão de buscar soluções para problemas relacionados aos interesses econômicos, sociais e ambientais do produtor rural paranaense.

A FAEP também participa de dois projetos em parceria com a região da Emilia Romagna na Itália em conjunto com a EMATER, SEAB, TECPAR e SEBRAE para organização da cadeia produtiva de hortifrutigranjeiros da Região Metropolitana de Curitiba e Desenvolvimento de Redes de Cooperação para inovação e comercialização de produtos agroalimentares no Paraná.

A FAEP também tem recepcionado



grupos de estrangeiros que querem conhecer o agronegócio paranaense devido a crescente importância do Brasil no cenário agrícola mundial. Nos últimos três anos missões de norte-americanos, ingleses, poloneses, africanos e eslovaques, entre outros.

Sindicalismo





Sindicalismo



AÇÕES DE APOIO INSTITUCIONAL AOS SINDICATOS

A FAEP sempre priorizou o apoio às ações dos sindicatos rurais. Nos últimos anos, investiu na capacitação de seus colaboradores visando maior qualidade no atendimento a representação sindical. Através de seus técnicos, o Sistema FAEP responde mensalmente em média 10.985 questionamentos de sindicatos rurais e produtores rurais, através de telefone ou via e-mail.

Os sindicatos rurais também aprimoraram sua atuação com a participação no Programa de Desenvolvimento Sindical (PDS). Em 2011, foram realizadas 66 turmas locais com 984 participantes. Os treinamentos para dirigentes e lideranças locais e regionais visam também o crescimento pessoal e a capacidade de agir do dirigente sindical. Durante o ano foram realizados 253 visitas aos sindicatos que estão participando do PDS com o objetivo de

acompanhar o Programa e buscar informações sobre a atuação da FAEP, para o aprimoramento das ações e atendimento junto aos sindicatos rurais.

Também foram realizados nos sindicatos treinamentos específicos como Oratória, Comunicação e Escrita e dois Seminários sobre MAPA do Poder e Participação Política. A capacitação dos funcionários dos sindicatos é feita por meio de oficinas com treinamento nas áreas de atendimento ao público, rotinas administrativas, prestação de serviços, estatuto, processo eleitoral, cadastro do sindicato, e a participação dos sindicatos rurais em atividades de interesses da comunidade. Os participantes são orientados também sobre as questões legais vinculadas ao sistema sindical, principalmente quanto à legitimidade e a representatividade

A oficina de 2011 teve a participação de 35 funcionários de 32 sindicatos.

Ao todo a FAEP realizou 510 eventos



com a participação de 25.578 pessoas, na sua grande maioria, em parceria com os sindicatos rurais e SENAR-PR.

ATENDIMENTO AOS SINDICATOS E PRODUTORES RURAIS

A FAEP presta uma série de outros serviços aos sindicatos rurais. O Manual de Orientações sobre a Convenção Coletiva de Trabalho foi revisado em 2011. Também foram revisadas as orientações para o arquivamento on-line, obrigatório das Convenções através do Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, sistema que reúne eletronicamente todas as Convenções Coletivas do país.

A FAEP mantém o convênio com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para a emissão de Certidões Negativas de Débitos Ambientais. Em 2011, foram 125 (sindicatos rurais conveniados, conforme site do IAP). Os sindicatos rurais emitiram 30.378 certidões negativas

instantaneamente aos produtores rurais, perfazendo R\$ 307.396,94 arrecadados ao Instituto Ambiental do Paraná.

Em 2011, foram emitidos 59 Certificados de Regularidade Eleitoral e 55 Certificados de Regularidade Eleitoral.

Os sindicatos rurais do Paraná contam com o suporte contábil, tributário e orçamentário. Auxílio nas obrigações trabalhistas e previdenciária para os cálculos trabalhistas e de encargos; Informações sobre aplicações financeiras; Instruções para apresentação dos demonstrativos contábeis em Assembleia Geral; Orientação e capacitação de novos funcionários dos Sindicatos Rurais; Suporte para elaboração de demonstrativos contábeis e do plano de contas dos sindicatos rurais; Assessoria na elaboração das declarações e obrigações exigidas pela Receita Federal; Orientação e suporte sobre a Certificação Digital – ICP-Brasil.

No período de preenchimento de Imposto Territorial Rural – ITR, foi manti-

do o plantão de atendimento telefônico e e-mail, como suporte aos sindicatos e publicações semanais no Boletim Informativo e no portal do Sistema FAEP.

Foram realizados treinamentos para gestores dos sindicatos, produtores rurais e contadores. Foram capacitadas 179 pessoas representando 73 sindicatos.

A estimativa é de que só em 2011 os sindicatos rurais tenham preenchido e enviado pela Internet 70.000 declarações do ITR 2011, que representa 15% das 480.000 declarações recebidas no Paraná, segundo a Receita Federal.

ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL ADA/IBAMA

A FAEP realiza treinamentos e capacitações para o produtor rural permanecer em dia com a Receita Federal, tornando-o habilitado a praticar atos envolvendo transações imobiliárias com a propriedade e obter a certidão negativa e financiamento agrícola para



Sindicalismo

o imóvel rural.

Os funcionários de sindicatos foram qualificados a preencherem eletronicamente a declaração do Ato Declaratório Ambiental - ADA, transmitindo-a ao IBAMA. O ADA, consiste em uma obrigação legal dos produtores rurais que informaram em suas declarações do Imposto Territorial Rural - ITR possuir áreas de preservação permanente, reserva legal e demais áreas de preservação ambiental. Foram preenchidas e transmitidas pelos sindicatos rurais 18.875. ADA em todo o Estado.

VALOR DA TERRA NUA - VTN

Anualmente a FAEP reivindica à Secretaria da Agricultura que os sindicatos rurais sejam consultados no levantamento do Valor da Terra Nua - VTN, base de cálculo do ITR. Em 2011, participaram das reuniões 53 sindicatos. No Departamento de Economia Rural - DERAL/SEAB, houve um levantamen-

to de valores de terras mais criterioso e a publicação de tabela de valores mais condizente com a realidade rural dos municípios. Salientamos que, a partir de 2009, 184 (cento e oitenta e quatro) municípios optaram pelo convenio com a Receita Federal para fiscalizar a cobrar o ITR, e, por esta razão, alertamos os sindicatos a participarem com as prefeituras, na tabela do Valor da Terra Nua - VTN paralela a do DERAL.

GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

A FAEP solicitou ao INCRA, através de ofício em 10/10/2011, medidas urgentes para a fixação de novos prazos para a obrigatoriedade do georreferenciamento geodésico dos imóveis rurais com menos de 500 hectares, conforme estipulado pelo Decreto n.º 5.570/2005. Para registro em Cartório de qualquer situação de transferência de imóvel rural (total ou parcial), bem

como nos casos de desmembramentos, parcelamentos, remembramentos de imóveis rurais, o produtor deveria obter a identificação das coordenadas dos limites da propriedade rural pelo Sistema Geodésico Brasileiro, devidamente certificado pelo INCRA.

Prevendo que seria inviável aos produtores rurais cumprirem a normativa, pois o INCRA provavelmente não possui capacidade para operacionalizar milhares de processos de georreferenciamento que certamente seriam protocolados em todo o país. A solicitação foi atendida através do Decreto n.º 7.620 que alterou o Decreto n.º 4.449 de 30 de outubro de 2002, estabelecendo novas datas escalonadas para o georreferenciamento.

RESULTADOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SINDICAL

Os encontros e treinamentos do Programa de Desenvolvimento Sindical geraram algumas ações de melhoria



para os sindicatos como: o aumento de sócios, a reestruturação das atividades, a reestruturação física, a melhoria na prestação de serviços, a divulgação de informações e das atividades.

O Programa cria alternativas que auxiliam o sindicato na relação com o produtor rural e entidades, na qualificação através de cursos, palestras, parcerias e convênios como planos de saúde.

DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL - DC

Em 2010. A FAEP criou o Programa de Desenvolvimento Comportamental para atender aos funcionários dos Sindicatos Rurais com o objetivo de potencializar a gestão das competências individuais e institucionais dos participantes, integrando e implementando o envolvimento em ações que permitam a auto-realização e a excelência no cumprimento da missão institucional.

A técnica vivencial, foi a metodolo-

gia utilizada que contempla situações do dia-a-dia de problemas que surgem tanto a nível pessoal como profissional. Focada na gestão de pessoas e no desenvolvimento comportamental, com carga horária de 128 horas/aula distribuídas em 16 encontros. Foram realizadas turmas distribuídas nos municípios de Londa e Toledo.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO SINDICAL E GESTÃO DE PESSOAS

O objetivo é formar profissionais, na função de gestor do sindicato rural, no gerenciamento de equipes de alto desempenho, aprimorar a capacidade de utilizar conceitos práticos e teóricos em benefício de um processo decisório no trato com equipes, de forma mais eficiente.

O programa propõe transmitir aos participantes, um conceito que lhes permita estruturar melhor seu conhecimento, no que diz respeito ao gerenciamento de pessoas e sua influência no sentido

de obter resultados com a marca da produtividade e da eficácia. Ainda, formar especialistas em gestão sindical e negociadores sindicais. Em 2011 foram realizados oito encontros presenciais, com 57) participantes, iniciados em maio e o encerramento previsto para maio 2012, quando será apresentada a monografia em equipes, tendo base na realidade vivida no sindicato e com o foco em uma ou mais disciplinas.

CASA EM ORDEM

Desde sua criação foram realizadas 1.109 palestras do Programa Casa em Ordem, discutindo os principais aspectos relacionados à legislação, que incidem sobre a atividade agropecuária e os caminhos para a regularização da situação das propriedades rurais. Em 2011 foram 75 palestras com 2.075 participantes, atendendo à demanda dos sindicatos e com participação no Programa Empreendedor Rural.

Expediente



Textos

Comunicação Social

Técnico Econômico

Sindical

Edição de Textos

Cynthia Calderon

Hélio Teixeira

Fotos

Fernando dos Santos

Lineu Filho

Arquivo SENAR-PR/FAEP

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustração

Alexandre Prado

Coordenação de Comunicação Social

Cynthia Calderon

Realização

Comunicação Social do Sistema FAEP

SISTEMA FAEP _____



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba - PR
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.faep.com.br | faep@faep.com.br